

PERSPECTIVAS

COMUNICAÇÃO & RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

20ª EDIÇÃO

PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024



LEGISLATIVO EM ANÁLISE: RECAPITULANDO OS PRIMEIROS MESES E ANTECIPANDO OS PRÓXIMOS DESAFIOS DE 2024



No primeiro semestre de 2024, o Congresso Nacional foi palco de intensas articulações políticas e estratégicas, com a Reforma Tributária mantendo-se como pauta central. Promulgada em dezembro de 2023, a regulamentação dos diversos pontos do texto, incluindo alíquotas e regimes especiais, continua sendo um desafio.

As eleições municipais de outubro de 2024 também serão cruciais, funcionando como um "termômetro" para as eleições gerais subsequentes e influenciando diretamente a configuração partidária no Congresso em 2026. A interdependência

entre deputados federais e políticos locais será fundamental, com mais de 5 mil prefeitos e 58 mil vereadores a serem eleitos.

Essas movimentações políticas moldam as estratégias futuras, destacando a necessidade de uma articulação política eficiente e a influência de diversos grupos de interesse no cenário legislativo brasileiro. Nesta edição da Newsletter Perspectivas, exploramos os principais destaques de 2024, diante o cenário político nacional, analisando os primeiros meses do ano e antecipando os próximos desafios.

DESTAQUES DO PRIMEIRO SEMESTRE NO CONGRESSO NACIONAL

O primeiro semestre de atividades do Congresso Nacional foi marcado por uma grande concentração de deliberações relevantes nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em uma tentativa de adiantar a votação de pautas centrais para antes do recesso parlamentar de julho. Esse movimento se explica pela realização de eleições municipais no segundo semestre, processo que causa uma redução nas atividades legislativas federais.

Uma das pautas priorizadas neste primeiro semestre de 2024 foi a “Pauta Verde”, com a aprovação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei 528/2020, que trata sobre os “combustíveis do futuro” e cria programas nacionais de diesel verde, combustível sustentável para aviação e biometano. Após ser aprovado em regime de urgência na Casa, o projeto foi remetido ao Senado Federal. Embora a expectativa fosse de deliberação até o final de julho, a proposta finalizou o primeiro semestre sem avanços na Casa.

Na Câmara também foi aprovado o projeto de lei que cria o Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN), que institui financiamentos para projetos sustentáveis, especialmente ligados à infraestrutura e à pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica relacionados à expansão da produção e transmissão de energia solar, eólica, de biomassa e de outras fontes de energia renovável.

O Projeto de Lei que cria o Marco Legal para a Produção do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono foi aprovado em ambas as casas e remetido à sanção nos últimos dias antes do recesso, sendo sancionado pelo presidente da República no início de agosto.

Outros assuntos importantes que marcaram as articulações do primeiro semestre de 2024, principalmente no que diz respeito à relação entre Poder Executivo e Poder Legislativo, tratam-se da Desoneração da folha de Pagamentos e a regulamentação da Reforma Tributária. Apenas em maio foi possível a realização de um acordo, costurado entre o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG) e ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o qual determinou que será mantida a desoneração da folha salarial para as empresas em 2024 e haverá uma reoneração gradual a partir de 2025. Apesar do acordo, a tramitação do projeto de lei não avançou na Câmara desde então..

Por fim, o primeiro semestre contou ainda com a apresentação, por parte do Poder Executivo, de dois projetos de lei complementar cujo objetivo é regulamentar a Reforma Tributária, aprovada em 2023.



REFORMA TRIBUTÁRIA



Como apresentado, a Reforma Tributária continua como uma das principais pautas do Congresso em 2024. Apesar da sua promulgação em dezembro de 2023, o processo de regulamentação dos diversos pontos do texto, como alíquotas, regimes especiais e definições específicas, ainda é um desafio. Dado que, a alíquota está prevista para ser de 27,3%.

O primeiro semestre foi marcado pela apresentação do PLP 68/2024, que institui a Lei Geral do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), contendo a maior parte das regras que regulamentam a reforma. E o PLP 108/2024 que institui o Comitê Gestor do IBS e dispõe sobre o Imposto sobre heranças e doações (ITCMD)

Segundo Haddad, o novo sistema tributário será inteiramente digital, oferecendo mais transparência sobre a arrecadação. Ele enfatizou que as propostas não são exclusivamente do governo federal, mas uma síntese de muitas conversas com governadores e prefeitos.

O presidente da Câmara dos Deputados, determinou a instalação de dois Grupos de Trabalho (GTs) para debater as propostas de regulamentação da reforma. E, após intensas discussões, o PLP 68/2024 foi aprovado na Casa antes do recesso, sendo remetido ao Senado Federal em regime de urgência, embora os senadores trabalhem para alterar a tramitação para ordinária, defendendo um maior tempo para discussão.

Após a volta dos trabalhos do Congresso, em agosto, os deputados também aprovaram o PLP 108/2024, agora também remetido ao Senado, que será responsável por definir a alíquota máxima do ITCMD e a definição de grande patrimônio para tributação.



A DISPUTA PARA A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA



O atual presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), encontra-se em seu quarto mandato consecutivo. A eleição para a sua sucessão está programada para o início de 2025, e ele não pode ser reeleito. Nesse sentido, no primeiro semestre de 2024, o Congresso Nacional foi palco de intensas articulações políticas e estratégias de aliança entre os principais candidatos à presidência da Câmara dos Deputados. Elmar Nascimento (UNIÃO/BA), Marcos Pereira (REPUBLICANOS/SP) e Antônio Brito (PSD/BA) têm se destacado ao buscar o apoio das bancadas evangélica e ruralista, fortalecendo significativamente a influência desses grupos no cenário político brasileiro.

A disputa pela presidência da Câmara tem sido marcada por gestos políticos e acenos estratégicos. Elmar Nascimento tem buscado apoio entre as lideranças da Assembleia de Deus, visando consolidar uma base sólida para sua candidatura. Enquanto isso, Marcos Pereira enfrenta oposição significativa de Sóstenes Cavalcante, próximo ao pastor Silas Malafaia, que tem se posicionado contra a sua candidatura, tentando vetá-la. Para ampliar sua base de apoio, Elmar tem projetado a criação de uma “superfederação” partidária, oferecendo espaço generoso na mesa diretora da Câmara para Pedro Lupion (PP/SC), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), embora este tenha negado sua candidatura. Além disso, Elmar tem acenado ao líder da frente evangélica, Eli Borges, em pautas importantes como a moção de apoio ao Conselho Federal de Medicina.

Por outro lado, Marcos Pereira tem avançado no Congresso com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das Igrejas, que isenta templos de impostos de consumo e amplia a imunidade sobre as organizações assistenciais, contando com o apoio decisivo de deputados evangélicos. Ele também tem buscado neutralizar a candidatura de Elmar Nascimento, condicionando a formação da federação partidária ao apoio de Arthur Lira à sua sucessão.

Antônio Brito tem adotado uma estratégia mais discreta, se aproximando dos dois segmentos através de participações em eventos da bancada evangélica e da FPA em Goiás, onde recebeu apoio do governador e do ministro da agricultura. Além disso, ele conta com o respaldo do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que declarou não haver oposição à sua candidatura.

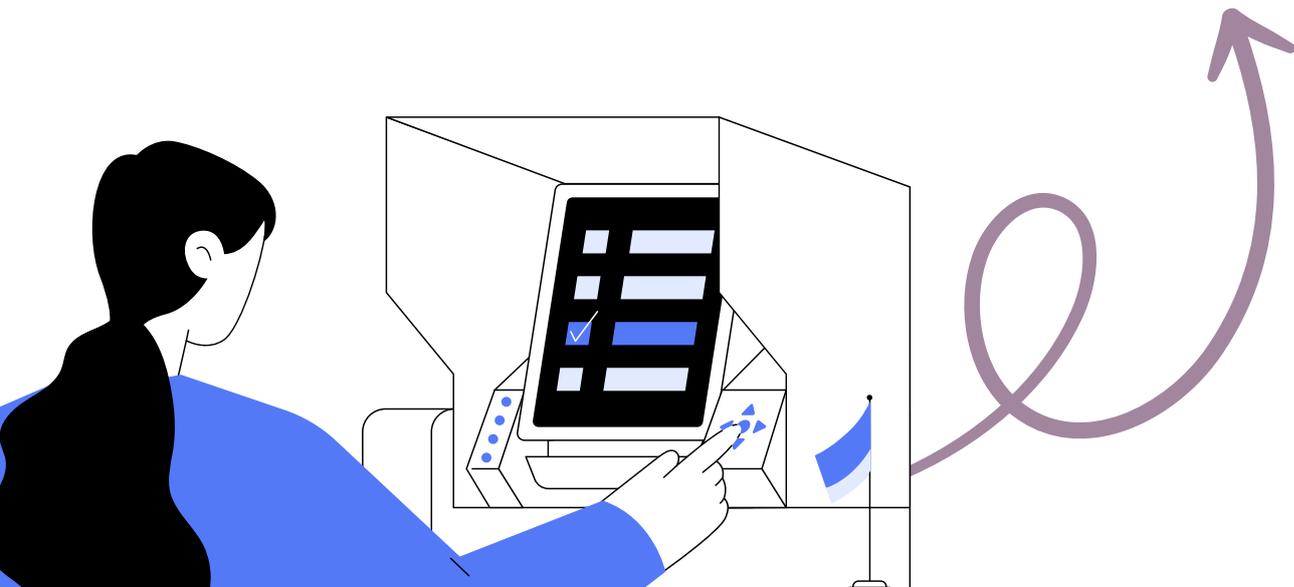
Essas movimentações refletem a complexidade do jogo político nos bastidores do Congresso Nacional, onde alianças estratégicas e disputas internas são fundamentais para a consolidação de apoio e para o sucesso nas eleições da presidência da Câmara. A influência crescente das bancadas evangélica e ruralista evidencia a importância desses grupos na definição do cenário político brasileiro, influenciando diretamente nas agendas legislativas e nas estratégias eleitorais dos principais partidos e candidatos.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

No pleito de 2024, os eleitores brasileiros escolherão mais de 5 mil prefeitos e mais de 58 mil vereadores, com a primeira rodada de votação marcada para 6 de outubro. As eleições municipais, são frequentemente vistas como um "termômetro" para as eleições gerais subsequentes, servindo como um teste para avaliar o crescimento ou declínio da popularidade dos partidos políticos nos executivos municipais. A conquista de espaço nas lideranças do executivo municipal tem papel significativo na configuração de alianças e costura de apoio local para as próximas eleições gerais, influenciando na configuração do panorama partidário no Congresso em 2026.

A relação entre as eleições gerais e municipais se dá devido a dinâmica de interdependência entre deputados federais

e políticos locais, como prefeitos e vereadores, os quais desejam construir boas relações com parlamentares que tenham seus municípios como reduto eleitoral, para estabelecer um canal de diálogo sobre demandas da população e assegurar repasses de Emendas Parlamentares. Já os deputados federais se envolvem nas eleições municipais para apoiar líderes locais, buscando eleger aliados partidários e ideológicos que possam contribuir para a promoção de campanhas para o parlamentar nas próximas eleições, com atenção especial às capitais, que são consideradas indicadores importantes para os pleitos estaduais e nacionais. Esse fator, acaba por causar um "esvaziamento" no Congresso Nacional, a partir do período de campanhas, fazendo com que as principais votações e atividades do Legislativo federal se concentrem no primeiro semestre do ano.





PERSPECTIVAS SOBRE O TEMA

O primeiro semestre de 2024 no Congresso Nacional foi marcado por um esforço para importantes deliberações antes do recesso parlamentar de julho. Esse movimento é compreensível, dado que o segundo semestre terá como foco as eleições municipais, reduzindo a atividade legislativa federal. Entre as principais pautas abordadas, a sustentabilidade e a transição energética ganharam destaque, refletindo uma agenda verde que incluiu a aprovação dos projetos sobre os “combustíveis do futuro” e a criação do Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN) na Câmara dos Deputados e a aprovação no Congresso do PL que cria o Marco Legal para a Produção do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, sancionado no início de agosto.

A reforma tributária, aprovada em 2023, continuou sendo uma pauta central. Apesar da promulgação, o processo de regulamentação ainda enfrenta desafios, especialmente em relação à definição de alíquotas e regimes especiais. O trabalho legislativo em torno da reforma foi intenso, com a atuação dos Grupos de Trabalho para debater as propostas e tentar avançar na sua regulamentação.

No âmbito político, as articulações para a sucessão de Arthur Lira na presidência da Câmara dos Deputados reforçaram a importância das bancadas evangélica e ruralista. Essas movimentações não só moldam a liderança interna da Câmara, mas também têm implicações mais amplas para o cenário político brasileiro.

Com as eleições municipais em outubro, o segundo semestre de 2024 deve ser mais tranquilo em termos de atividade legislativa. Como as campanhas políticas tomarão grande parte da atenção dos deputados e senadores, é provável que as principais votações sejam postergadas para 2025. No entanto, a corrida pela presidência da Câmara continuará a se intensificar, com os candidatos buscando consolidar suas bases de apoio.

No cenário eleitoral, os resultados das eleições municipais servirão como um indicador do humor do eleitorado e das forças políticas em preparação para as eleições gerais de 2026. A vitória ou derrota dos partidos em municípios estratégicos pode redefinir alianças e impactar diretamente o cenário político nacional.

- Letícia Macário, coordenadora de Relações Institucionais e Governamentais

SOBRE A PERSPECTIVAS

A Perspectivas é uma consultoria de Comunicação e Relações Institucionais especializada em estratégia de advocacy e comunicação com base nos pilares do diálogo, da ética e da transparência e com foco nos princípios de ESG (Environment, Social & Governance), em especial em Economia de Baixo Carbono, e gestão de frentes parlamentares.

Acesse as edições anteriores de nossa newsletter, em português e inglês, em: www.perspectivasbr.com/newsletter

Contato: perspectivas@perspectivasbr.com